

Escola e família

Dez questões atuais sobre o relacionamento
professores/pais/comunidade

Fundação Escola do Serviço Público/Jornal "Extra"
2007

1) História da educação

Para compreender a escola, é necessário conhecer o processo social que lhe deu origem. A educação era uma atividade exclusivamente familiar. Mas, quando a sociedade deixou de ser artesanal e se tornou industrial, foi preciso criar uma instituição que se responsabilizasse pela educação, assim como as roupas que as próprias famílias faziam passaram a ser produzidas em larga escala num estabelecimento chamado fábrica.

Basicamente, temos dois tipos de escola:

- a) a do tipo religioso: surgiu na Alemanha, com a reforma protestante de Martinho Lutero, e é marcada por uma forte influência da família, que considera a escola como um bem seu, como uma extensão da casa.
- b) a cívica: surgiu na França, com Napoleão, que decidiu universalizar a educação e, com isso, deu origem às atuais políticas públicas de ensino.

Ocorreu então a passagem da escola como extensão da família, às vezes complementada por um professor particular, no caso dos ricos, para a escola comunitária, destinada à massa trabalhadora, ou escola compulsória, para a qual a família entregava os filhos e dava a delegação de educá-los.

2) A educação como responsabilidade do Estado

A Lei de Diretrizes e Bases (9.394, de 20/12/96) estabelece no artigo 1º que a educação abrange todos os processos formativos (família, trabalho, movimentos sociais, organizações da sociedade, manifestações culturais). O artigo 2º estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado; deve ser baseada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade; e deve proporcionar uma preparação plena para a cidadania e o trabalho. O artigo 12 estabelece os deveres da escola; o 13, os deveres do professor, e o 14, a gestão democrática da escola.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13/07/1990), também trata do assunto, nos artigos 53 a 58 (direito à educação; deveres do Estado; deveres dos pais; atuação do Conselho Tutelar; política de inclusão; contexto sociocultural).

3) O professor diante das novas configurações da família

Nos últimos tempos, a família vem assumindo papel de destaque em diversas manifestações da sociedade. Na saúde, consolidou-se o Plano de Saúde Familiar, mais conhecido como médico de família. No social, destacam-se os vários planos de complementação de renda, conhecidos como bolsa-família, bolsa-escola etc. Seria natural, portanto, que ela tivesse um papel de destaque também na educação.

Mas de que família estamos falando? Na sociedade moderna, ela vem assumindo diversas configurações para além do núcleo pais/filhos. Temos, por exemplo: 1) a família ampliada (tios e/ou avós morando juntos); 2) a família de homossexuais com filhos adotados; 3) as famílias comandadas só por mulheres ou só por homens; 4) as famílias em que convivem meio-irmãos (filhos só do pai ou só da mãe); 5) as famílias de padrastos de pais vivos (o segundo marido ou a segunda mulher vivendo com os filhos da relação anterior do cônjuge); e assim por diante, numa relação que pode chegar a mais de 30 tipos.

Essa diversificação do núcleo familiar, sobretudo depois que a mulher deixou o lar e foi para o mercado de trabalho, gerou uma participação maior do professor na educação não-escolar do estudante, em que ele substitui os pais em determinadas tarefas. Tal exigência levou a uma queixa geral dos professores de sobrecarga de trabalho.

A educação é um processo global, que se dá não só na família e na escola, mas em toda a sociedade. Portanto, não é só conteúdo, currículo.

4) As responsabilidades da família no processo educacional

A atuação da família na escola deve ser complementar à ação educativa. Jamais deve funcionar como substituta da escola que não assume suas responsabilidades e tenta passá-las para os pais.

A escola precisa dos pais, mas deve ser agradável para atraí-los. Com isso, destruirá o mito de que os pais não gostam de participar das atividades escolares ou não têm tempo para fazê-lo. Pesquisas mostram que os pais,

sobretudo os das classes menos favorecidas, valorizam a escola, até como uma forma de dar a seus filhos o que não tiveram.

Os pais não precisam ser cultos. Podem e devem dar, principalmente, exemplos de vida. Os melhores exemplos de integração escola/família estão entre as comunidades mais participativas, ainda que menos favorecidas economicamente, e não entre as mais instruídas.

Um dos exemplos de escola que não assume suas responsabilidades é a que se dedica apenas aos alunos que já vêm prontos, com bagagem cultural anterior, e, por isso, são os que se destacam e passam facilmente de ano. O aluno com dificuldade de aprender, que deveria receber maior atenção, passa a ser apontado como culpado de seu próprio fracasso, e não a escola.

Em muitos países, os pais vêm o envolvimento na escola como um direito democrático; em alguns, como França, Alemanha e Dinamarca, é uma norma. O conceito de contabilidade – que torna públicos os sucessos e fracassos e as questões financeiras das escolas – foi implantado na Inglaterra, no Canadá e nos Estados Unidos.

Os governos sabem que o envolvimento dos pais ajuda a elevar parâmetros. Estudos feitos na Austrália, na Inglaterra e nos Estados Unidos mostram que as escolas nas quais os alunos são bem sucedidos (tanto em termos de sucesso acadêmico como de atitudes positivas face à aprendizagem) são caracterizadas por boas relações casa-escola.

Na Inglaterra e no País de Gales, as escolas devem fornecer aos pais informações detalhadas sobre o programa curricular; o desempenho acadêmico da escola em comparação com as outras da área e com a média nacional; e o aproveitamento dos alunos em relação a parâmetros nacionais. No Canadá, algumas províncias instauraram comissões de consulta a pais e nos Estados Unidos decidiu-se incluir os pais nessas comissões.

Na Dinamarca, França, Alemanha, Irlanda e Espanha, os pais têm assento em comissões decisórias, em nível estatal e nacional. As escolas são vistas como unidades autônomas e os conselhos escolares têm influência na tomada de decisões, até mesmo em relação ao currículo. O processo está mais adiantado na Inglaterra e no País de Gales, onde os órgãos de gestão (em que se incluem os pais) das escolas tomam todas as decisões importantes fora do contexto curricular.

5) Como participar da vida escolar dos filhos

Há algumas atitudes que podem ser tomadas diariamente pelos pais, sem maiores sacrifícios ou custos, no que diz respeito à participação na educação dos filhos – que deve ir muito além do comparecimento à escola quando chamados ou do simples acompanhamento do dever de casa, que às vezes se resume à assinatura na agenda.

- a) Fale sempre bem da escola. Se ela tem problemas, discuta-os com ela, não com seu filho. Ele precisa de uma expectativa positiva em relação à vida escolar, para não se desestimular.
- b) Quando seu filho estiver de saída para a escola, abrace-o, deseje-lhe que aprenda coisas boas, que faça amigos, que tenha sucesso.
- c) Quando seu filho chegar da escola, procure saber como foi o seu dia, o que ele aprendeu, como se relacionou com o professor, com os colegas, com outras pessoas.
- d) Procure conhecer o professor de seu filho e, se julgar necessário, passe-lhe informações importantes sobre a criança.
- e) Se seu filho teve nota baixa, não espere ser chamado. Vá você mesmo à escola e procure saber o que está acontecendo.
- f) Procure manter com o professor de seu filho uma relação de respeito, consideração, solidariedade, carinho e, sobretudo, de cumplicidade na tarefa comum de formar um cidadão.
- g) Crie o hábito de observar o material escolar de seu filho. Elogie, nunca se esqueça de valorizar o que considerar positivo, em vez de só criticar o que considera negativo.
- h) Quando seu filho estiver com dificuldades, procure saber o que está acontecendo, localize o problema, compartilhe-o com a escola. Procure não se omitir ou julgar. Seja solidário.
- i) Comente com seu marido ou mulher, com tios e avós, os êxitos escolares de seu filho, por menores que sejam, a fim de que todos possam parabenizá-lo e reforçar sua auto-estima, seu autoconceito, sua autoconfiança.

Se falta tempo durante a semana, por causa do trabalho, aproveite o fim de semana para dedicar algumas horas a seus filhos. Uma que seja, porque é melhor uma hora bem aproveitada do que oito mal aplicadas.

Crie histórias com eles ou peça que eles as criem, mesmo que fiquem curtas ou comecem pelo fim.

Desenhe histórias. Para criar imagens e ilustrações não é preciso ter jeito para o desenho. Serve qualquer pincel, tinta, cola, recorte de jornais.

Monte uma pecinha de teatro. Faça com que seu filhos cantem. Deixe que ajudem a compor os personagens e os cenários. Permita que cada um interprete de modo pessoal seu papel na peça, deixando que perceba sozinho traços mais sutis do personagem. Permita que dance e invente novas maneiras de se comunicar. Não devemos nos preocupar com a repetição exata das palavras se as crianças forem muito pequenas.

Use e abuse do teatro de sombras, de bonecos.

E, sobretudo, leia histórias. Isso contribui para a criança compreender a função da escrita e da leitura.

6) O trauma da mudança de ciclo (4ª para 5ª, 8ª para Ensino Médio)

Apesar da fusão dos cursos primário e ginásial no antigo Primeiro Grau, em 1971, e da mudança de nome deste para Ensino Fundamental, em 1996, o ciclo básico de educação ainda sofre solução de continuidade.

No Ensino Fundamental, da 1ª à 4ª série, o aluno tem no máximo dois professores. Da 5ª à 8ª, passa a ter seis. E, no Ensino Médio, por força do aumento das matérias, a quantidade chega a dez ou mais.

O primeiro trauma ocorre na passagem da 4ª para a 5ª série. A professora quase exclusiva, chamada de tia, se multiplica e não quer mais receber esse tratamento familiar. A relação passa a ser profissional e os conteúdos se aprofundam.

O segundo trauma é a passagem da 8ª série para o Ensino Médio. A cada dia, os alunos entram mais novos nesse ciclo e, portanto, ainda imaturos. Mas a maioria dos professores quer recebê-los já prontos, com exigências de

organização e de rapidez de raciocínio que nem sempre eles apresentam, pela falta de idade e pelas deficiências do Ensino Fundamental.

Diante das dificuldades, o aluno tende a abandonar os estudos, por falta de orientação da escola e da família. Ambos acham que o aluno já pode ser independente, mas ele ainda precisa de atenção.

A angústia e insegurança comuns nos adolescentes são agravadas pela necessidade de tomar uma decisão prematura quanto ao futuro profissional, porque é a fase em que ele precisa decidir se deve escolher uma carreira nas áreas de ciências humanas, exatas (tecnológicas) e biomédicas.

Não é hora de abandoná-lo à própria sorte. Pelo contrário, é hora de estimular potenciais, de dar oportunidades educativas, de desenvolver valores para que ele possa saber avaliar situações, fazer escolhas e tomar decisões.

7) O dever de casa é necessário ou dispensável?

O dever de casa é um dispositivo pedagógico, que deve fazer parte do planejamento escolar assim como os conselhos de classe, os conteúdos curriculares e as provas, os trabalhos e os exercícios.

É também uma forma de controle da atuação dos pais, pela qual se pode medir o acompanhamento doméstico da educação dos filhos. Deve até valer nota, para que seja encarado como um complemento educacional, e não apenas como uma tarefa burocrática.

É uma forma de relacionamento da escola com a família, porque mede o tempo dos pais dedicado à educação dos filhos. Só não deve ser usado como compensação do pouco tempo da carga horária, como uma muleta para as dificuldades estruturais da escola.

Mas o assunto é polêmico. Concebido como política/prática curricular e pedagógica visando a estender o tempo de aprendizagem e ajudar os estudantes a superar suas dificuldades acadêmicas, é nas camadas mais pobres da população, atendidas pela escola pública, que enfrenta mais problemas. As professoras reclamam da falta de cooperação das mães quando a criança não leva o dever de casa feito. As mães se frustram quando seu filho não sabe fazer o dever e elas não têm tempo ou conhecimento para ajudar: pensam que a criança não aprendeu porque não prestou atenção à aula ou que

a professora não ensinou direito. As crianças apelam para a ajuda de tias, vizinhas, irmãos ou irmãos mais velhos. Temem ficar de castigo no recreio, fazendo as tarefas de casa, e, sobretudo, ficar sem lanche,

O dever de casa depende não apenas da ajuda da família, mas, sobretudo, do planejamento pedagógico. Tanto pode ser concebido como uma atividade que requer supervisão dos pais quanto como uma tarefa que deve ser feita com autonomia.

8) Professores auxiliares e monitores

Em alguns casos, por razões que vão desde a pobreza absoluta até as situações de desestruturação familiar, as crianças acabam por não conseguir cumprir suas obrigações escolares e ficam em desvantagem em relação aos colegas. Algumas famílias, mesmo economicamente desfavorecidas, conseguem contratar uma pessoa da própria comunidade, a chamada “explicadora”, que dá aulas particulares a um grupo, e não individualmente, como os professores particulares das camadas mais favorecidas.

Algumas direções estimulam os alunos a fazerem o dever de casa na própria escola, fora do horário, com a ajuda de professores ou alunos monitores. Ou, o que é ainda melhor, há escolas que organizam grupos de apoio, com professores auxiliares ou alunos de séries mais avançadas, que visitam regularmente as crianças com baixo desempenho e as ajudam nas tarefas, em verdadeiras aulas de reforço domiciliares. São os chamados orientadores, que ajudam os alunos, individualmente ou em grupo, numa atitude comunitária em benefício do sucesso escolar de todas as crianças da escola.

9) Programas de leitura

O hábito da leitura é uma ferramenta fundamental para o ser humano desenvolver-se e integrar-se socialmente. É preciso lançar mão de diversos recursos que despertem o desejo de ler. O computador e a internet podem se transformar em aliados importantes, desde que acesso a eles esteja

acompanhado e orientado pelos responsáveis pela criança, como qualquer outra ferramenta.

A criança entende o mundo e interage com ele por meio das linguagens. A leitura oferece diversas oportunidades de ampliar o conhecimento do passado, do presente e do futuro.

Na literatura infanto-juvenil, as histórias, os animais, as situações mágicas colaboram para o desenvolvimento das linguagens e favorecem o uso das diferentes formas de expressão vinculadas ao afeto, sentimento de solidariedade e aspecto lúdico. Isso acontece quando criamos um ambiente favorável à leitura por meio da multimídia (livros, revistas, gibis, jornais, rádio, TV etc), necessidade cada vez maior para o desenvolvimento da leitura e da escrita.

O hábito e o prazer da leitura começam cedo, com o exemplo dos adultos que rodeiam a criança, que é definitivo, com o ambiente em casa, na creche, na escola, na comunidade.

O livro deve ser um ponto de referência constante no lar, na escola, na comunidade.

10) O compositor me disse

O cantor e compositor Gilberto Gil, atual ministro da Cultura, tem um verso, na música “Aquele abraço”, que resume simbolicamente o papel da educação.

*“Meu caminho pelo mundo, eu mesmo traço
A Bahia já me deu régua e compasso”*

O caminho pelo mundo é o nosso projeto de vida, o sonho que pretendemos realizar, a profissão que decidimos abraçar. A régua é o instrumento que une dois pontos, o ser e o querer ser, o que somos e o que queremos ser na vida. O compasso é o instrumento usado para se traçar o círculo, o símbolo da totalidade, do cumprimento da trajetória estabelecida. E a Bahia é a educação, que, mesmo com todos os seus problemas, ainda é o único meio de traçar nosso rumo em direção a uma vida digna e feliz.

Seminário “A escola e a família”

As questões apresentadas neste livreto e outras de igual importância foram debatidas em 9 de agosto de 2007 no seminário “A escola e a família”, promovido pela Fundação Escola do Serviço Público (Fesp), do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com o jornal “Extra”.

Por que discutir o relacionamento escola/família/comunidade? Pesquisa feita pelo Ibope em novembro de 2006 com pais e responsáveis por alunos de escolas públicas municipais e estaduais do Estado do Rio revelou que:

- 81% concordam com provas de avaliação externa das escolas, como a Prova Brasil;
- 71% não tiveram qualquer informação sobre o desempenho das escolas;
- 96% dos pais demonstraram interesse em receber essas informações;
- 96% acham que deve haver avaliação de desempenho dos professores;
- 68% acham que os professores deveriam ganhar de acordo com o mérito ou a qualidade do desempenho;
- 72% acham que os diretores deveriam poder demitir os professores que não tivessem desempenho de acordo com as exigências da escola.

Baseada nessas e outras informações, a Fesp idealizou o seminário com especialistas no assunto.

A família está esquecida no contexto educacional e precisa que seu papel seja valorizado, devido à importância estratégica, principalmente na educação infanto-juvenil.

Pesquisa feita pelo Ministério da Educação aponta uma relação clara entre o nível socioeconômico dos pais e a capacidade deles de acompanhar a vida escolar dos filhos. A tão propalada integração da escola com a comunidade precisa ir muito além do mutirão de pais para pintar a escola.

Acompanhar as notas, os trabalhos, o currículo escolar e o dever de casa parece ser tarefa muito complexa para a grande maioria dos pais de alunos de escolas públicas. Isso acontece porque 66% deles não completaram o Ensino Fundamental e 73% ganham até três salários mínimos.

Ao mesmo tempo, a cobrança de pais preocupados com o futuro dos filhos nem sempre é bem recebida por diretores e professores.

Estudos feitos pela Universidade de Lyon II, na França, apontam alguns comportamentos familiares que tendem a trazer bons resultados na vida escolar das crianças, independentemente de classe social. As famílias pesquisadas têm pais ou responsáveis que estimulam as crianças a ler e a escrever histórias e que perguntam freqüentemente sobre o que elas estão estudando.

Mesmo que não compreendam tudo o que os filhos fazem na escola, não demonstram vergonha de se sentir inferiores e os escutam, prestam atenção no que eles estão aprendendo e demonstram grande interesse pelas atividades escolares dos filhos.

Esses pais evitam transmitir frustrações e experiências dolorosas que podem ter acontecido na época em que freqüentavam a escola, além de desenvolver uma relação familiar afetiva que valoriza o conhecimento para a solução de problemas do dia-a-dia.

O sucesso escolar depende de uma série de ações dos pais e responsáveis, que devem trabalhar e lutar a favor da educação em todos os sentidos: o ingresso, o regresso, em caso de evasão, a permanência e o sucesso.

Existem excelentes ferramentas para ajudar as crianças e os jovens a melhorar o desempenho na leitura e na língua portuguesa: o dicionário e as palavras cruzadas. Ler com o dicionário ao lado é uma ótima forma de melhorar o vocabulário, porque ajuda a fixar e a entender os diversos significados de cada palavra.

Participantes do seminário

Lucila Martinez: educadora, especialista em planejamento da educação; pedagoga e mestre em biblioteconomia e informação pelo Pratt Institute, de Nova York (Estados Unidos); especialista em inovação e difusão tecnológica (Laboratório Nacional de Computação Científica [LNCC], Brasil/Universidade de Córdoba, Colômbia), com vasta experiência na formulação de políticas nacionais para o desenvolvimento do livro, de ambientes favoráveis à leitura e de sistemas locais e regionais de inovação, na América Latina e no Caribe; na coordenação de projetos internacionais para Banco Mundial, Unesco, Cerlalc (Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe), Pnud, OEA, BID; e no planejamento e coordenação de redes de sistemas de bibliotecas escolares e públicas. Radicada no Brasil desde 1986, além da consultoria internacional, desenvolve e executa projetos que usam material multimídia e de inclusão digital, para o estímulo à leitura, educação e cidadania participativa. Planeja e coordena programas de educação continuada para professores, gestores e líderes de educação, saúde, desenvolvimento social e meio ambiente. Responde pela direção pedagógica e editorial do programa Crianças Criativas®. Em 2003 fez parte da equipe contratada pelo Unicef para criar e produzir os conteúdos dos álbuns seriados sobre “Fortalecimento das competências familiares na atenção às crianças de 0 a 6 anos”, com o objetivo de atingir dez milhões de famílias brasileiras. O projeto foi implantado por meio de agentes sociais de mudança (líderes, agentes comunitários de saúde, Pastoral da Criança, ministérios e secretarias municipais e estaduais de Saúde, Educação, Justiça e instituições e ONGs que se dedicam ao desenvolvimento social e comunitário).

Antônio Carlos Gomes da Costa: pedagogo, diretor de Relações Institucionais da Fundamig (Federação Mineira de Fundações de Direito Privado). Diretor da Modus Faciendi – Agência de Responsabilidade Social, acumula larga experiência na formulação e avaliação de políticas e programas sociais, adquirida ao longo de sua carreira no Unicef e também como consultor externo de organizações como OIT e Unesco. É autor de vários livros, entre os quais “Lições de aprendiz” e “Organizações com causa”, que abordam o tema

da responsabilidade social corporativa. Em 1998, ganhou o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, em reconhecimento ao seu importante trabalho em favor dos direitos da criança e do adolescente. Tem o título Notório Saber concedido pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) em 2000. Participa também do conselho de importantes organizações, entre as quais Ceats (Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor – USP), Instituto Ayrton Senna, Fundação Iochpe, Fundação Abrinq e Instituto Telemig Celular. É consultor da Comissão Executiva Nacional do Programa Eleitor do Futuro, da Escola Judiciária Eleitoral (EJE/TSE). Atuou, como docente, no Curso de Gestão Estratégica para Organizações do Terceiro Setor, na Faculdade Salesiana de Vitória (ES), e no MBA Gestão e Empreendedorismo Social, na USP. É instituidor e presidente da Fundação Antônio Carlos e Maria José Gomes da Costa, que trabalha para a formação de líderes sociais. É um dos autores do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Defende a "pedagogia da presença", pela qual os pais devem estabelecer uma relação de permanente abertura, reciprocidade e compromisso com os filhos.

Maria Cristina Leal: graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (1973), mestre em Ciência Política pela Sociedade Brasileira de Instrução (SBI/IUPERJ [1982]) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990). Foi professora visitante da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro de 2003 a 2007. Tem experiência em educação, com ênfase em educação brasileira, e atua principalmente nos seguintes temas: política social; criança e adolescente; direitos humanos; educação pública; e serviço social. É co-autora dos livros “Política social, família e juventude – Uma questão de direitos”, “Educação e museu – A construção social do caráter educativo do Museu de Ciências” e “Formação de professores: uma crítica à razão e à política hegemônicas”. E dos relatórios de pesquisa “Política de assistência ao estudante cotista”, “Ficando para trás: o Ensino Médio no Estado do Rio de Janeiro” e “Relatório de atividades do bairro-escola de Nova Iguaçu – Avaliação formativa, dialógica e institucional”.

Maria Eulina Pessoa de Carvalho é graduada em pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (1978), mestre em Psicologia Educacional pela Universidade Estadual de Campinas (1989) e doutora em Política Educacional, Currículo e Ensino pela Michigan State University, nos Estados Unidos (1997). É professora associada da Universidade Federal da Paraíba, onde leciona Pesquisa em Educação no Curso de Pedagogia e Seminários de Pesquisa em Estudos Culturais, Gênero e Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação. Pesquisa e orienta nas áreas de política educacional, relações escola-família, currículo, relações de gênero na escola e educação ambiental. É autora de “Family-School Relations: A Critique of Parental Involvement in Schooling”, publicado pela Lawrence Erlbaum Associates e contemplado com o American Educational Studies Association Critic's Choice Award de 2000. No Brasil tem publicado artigos sobre as relações escola-família e o dever de casa.

Vitor Henrique Paro: doutor em Educação pela PUC-SP e livre-docente pela USP. Foi pesquisador sênior da Fundação Carlos Chagas e professor titular da PUC-SP. Atualmente é professor titular da Faculdade de Educação da USP. Há mais de 30 anos faz pesquisas na área da educação, com destaque para a democratização da gestão escolar. A relação escola-comunidade está presente na maioria de seus livros, entre os quais se destacam “Por dentro da escola pública”, “Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino”, “Escritos sobre educação” e “Qualidade do ensino: a contribuição dos pais”.